

CAMPINAS NÃO CONSEGUE CONCILIAR CRESCIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

História de uma cidade sem memória

Em 1960, muitos dos 217 mil habitantes deixaram Campinas em busca de novos horizontes, de aperfeiçoamento educacional e profissional e de experiências que pudessem, no futuro, ser aplicadas no contexto social em que foram criadas. Na última passagem pela cidade, um rápido olhar registrava, como numa fotografia, a paisagem que caracterizava aquele ambiente e sua época, as ruas que foram palco da infância, as estátuas das praças públicas, as construções que ostentavam um estilo arquitetônico característico de seu idealizador e, enfim, todos os pontos que marcavam a existência de fatos e pessoas que faziam parte daquela vida pacata, típica de uma cidade do interior. Todos levavam consigo a esperança de, no retorno, reconhecer a velha Campinas com os traços que marcavam aquela época. A volta, para muitos, foi, no entanto, surpreendente e até decepcionante: onde está o Teatro Municipal? O Coliseu? O Cine São José? A cidade foi desfigurada pelo crescimento da especulação imobiliária e pela evolução urbana. Hoje, com mais de um milhão de habitantes, Campinas é um dos principais municípios do Estado, com todas as características de uma metrópole, mas que perdeu a memória das bases de sua formação.

Texto - Bernadete Druzian

Fotos - Carlos Souza Ramos



O complexo da Estação Ferroviária, tombado em abril de 1982

O crescimento destrói a identidade de Campinas

Os preservacionistas e defensores do patrimônio histórico de Campinas tentam, cada vez mais, restaurar a imagem do que restou dos anos passados bem vividos por seus pais e avós num ambiente que já não existe. O desenvolvimento e o progresso se constituem em grandes adversários para esta conquista, fazendo com que somente alguns dos muitos pontos de referência da história tenham resistido ao assédio da vida moderna. São apenas treze locais já tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado - Condephaat - e mais de 15 áreas estão com processos em andamento no órgão, o que não significa que serão declaradas como patrimônio a ser preservado enquanto não houver um parecer oficial, que normalmente é bastante moroso.

Para os historiadores, isto ainda é pouco em comparação ao que existiu para fazer parte da memória de Campinas e o pouco

que resta reclama uma política consciente de preservação e a instalação imediata de um processo de restauração. Segundo, José Roberto do Amaral Lapa, historiador e diretor do Centro de Memória da Unicamp, está "difícil sonhar com uma Campinas que perdemos, uma cidade com perfil de "Princesa D'Oeste" motivo de orgulho, construída ao longo de mais de 200 anos, envolvendo alegrias e tristezas, perplexidades e esperanças, concretudes e fantasmas que significam o pulsar de sua população, desde as camadas pauperizadas até a alta burguesia, das instituições às suas personalidades". Ele entende que uma cidade deve ser constituída de sonhos e realidades e Campinas tem hoje uma realidade bem definida, mas não propõe sonhos aos seus moradores, pois foi desmemoriada, só recebendo atenção no que se refere aos documentos da história, enquanto "não se cuida da fisionomia".



Imóvel da rua José Paulino, 438, também tombado

Criação do Conselho pode agilizar a preservação

"Campinas está longe de ter uma preservação do patrimônio ideal para representar sua memória e é primordial que o crescimento da cidade respeite o desenvolvimento histórico, permitindo que a evolução não destrua sua identidade", diz o secretário municipal da Cultura, Antonio Augusto Arantes Neto, lembrando que nunca é tarde para iniciar um processo que deveria existir já há muito tempo.

Neste mês, a Prefeitura deu um passo decisivo na questão da preservação do patrimônio histórico de Campinas, criando um Conselho Municipal de Coordenação do Patrimônio Cultural, representado por diversos segmentos da sociedade, que deverá zelar pela identificação e defesa das áreas de interesse à memória da cidade.

Segundo ele, está incluso nessa legislação um incentivo aos proprietários dos bens patrimoniais, isentando-os dos impostos fiscais e tributários, que represen-

ta um apoio à manutenção e conservação dessas áreas, prevendo ainda a possibilidade de transferência do potencial construtivo dos prédios tombados para outros imóveis do mesmo proprietário.

Pela lei, o Conselho terá autonomia para legislar independente das decisões do Condephaat no caso de imóveis a serem preservados de acordo com o interesse municipal, não estando restrito apenas aos prédios considerados como patrimônio cultural pela avaliação do Estado.

AJUDE UM EXCEPCIONAL

* Fique Sócio do Instituto de Pedagogia Terapêutica "Norberto de Souza Pinto".
Rua Miguel Penteado, 787 - Fone: 42-4201

Apoio: Diário do Povo